

**Ano XX nº 5651 – 13 setembro de 2017**

## **Santander paga PLR no dia 20/09**

O Santander pagará na quarta-feira (20) a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A instituição financeira atendeu a reivindicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), federações e sindicatos, encaminhada a todos os bancos, para a antecipação do valor, definido de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), válida para o período 2016/2018

O pagamento da PLR corresponde a 54% do salário mais o valor de R\$ 1.346,15. A parcela adicional é de R\$ 2.243,58. A segunda parcela da PLR deve ser paga até março de 2018.



## **Temer compromete economia brasileira**

A política do governo de Michel Temer é privatizar as instituições públicas, o que faz setores estratégicos perderem a soberania. Consequentemente, direitos sociais e o fortalecimento dos serviços públicos, colaboradores para inclusão social, ficam enfraquecidos.

A solução dada pelo governo Temer para o país sair da crise econômica consiste em vender patrimônio público para cobrir o déficit orçamentário. Contudo, o problema só se agrava por conta da ineficiência e corrupção que permeiam a atual gestão federal. Além disso, o governo não poupa os cortes orçamentários das áreas fundamentais para o progresso de um país, como saúde e educação. Hospitais, escolas e universidades públicas agonizam.

A economia não pode ser considerada apenas como finanças de curto prazo e deve levar em conta estratégias para redução das desigualdades que cerceiam o Brasil. Vale lembrar que a política de valorização do salário mínimo somada aos programas sociais, implementadas no governo Lula e que se perpetuou no governo Dilma, permitiu uma melhoria da qualidade de vida no Brasil, hoje comprometida.

## **Reforma trabalhista será aplicada à luz de direitos constitucionais**

A maior alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde sua criação, a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), que passará a valer no dia 11 de novembro, poderá não ser aplicada exatamente como foi aprovada. Magistrados, procuradores e advogados afirmaram durante audiência pública promovida na segunda-feira (11/09), pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho que a norma está contaminada por inúmeras inconstitucionalidades e retrocessos.

Como a reforma trabalhista é uma lei ordinária, magistrados afirmam que ela não poderá se sobrepôr aos direitos e garantias assegurados pela Constituição nem tampouco violar convenções globais das quais o Brasil é signatário. Entre os pontos considerados inconstitucionais, está a prevalência do negociado sobre o legislado, princípio central da reforma, que contrariaria o artigo 7º da Constituição Federal na avaliação de participantes do debate. — Fizemos um juramento de julgar e vamos aplicar a lei ordinária que aprovou a reforma trabalhista, mas não vamos aplicá-la isoladamente.

É uma lei trabalhista que se insere à luz da proteção constitucional e à luz da legislação internacional afirmou a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Arantes.

Apresentado em dezembro pelo governo federal, o projeto de reforma levou sete meses para virar lei. Por se tratar de um tema complexo, a reforma trabalhista deveria ter passado por um debate mais amplo na opinião dos participantes do debate. O texto sofreu mudanças na Câmara dos Deputados, mas não foi modificado no Senado após um acordo com o Palácio do Planalto. Em carta lida pelo líder do governo, senador Romero Jucá, o presidente Michel Temer comprometeu-se a editar uma medida provisória para modificar alguns pontos da reforma, como a questão que envolve a não obrigatoriedade do imposto sindical e a permissão do trabalho de gestantes e lactantes em condições insalubres. — Um projeto como esse não pode prescindir de um debate amplo. Não é admissível que tenhamos um rito legislativo como nós tivemos nesta Casa, criticou o advogado trabalhista Luis Carlos Moro. O senador Paulo Paim, que conduziu a reunião, e a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Regina Sousa, queixaram-se da pressa com que a base governista levou o projeto à votação na Casa.